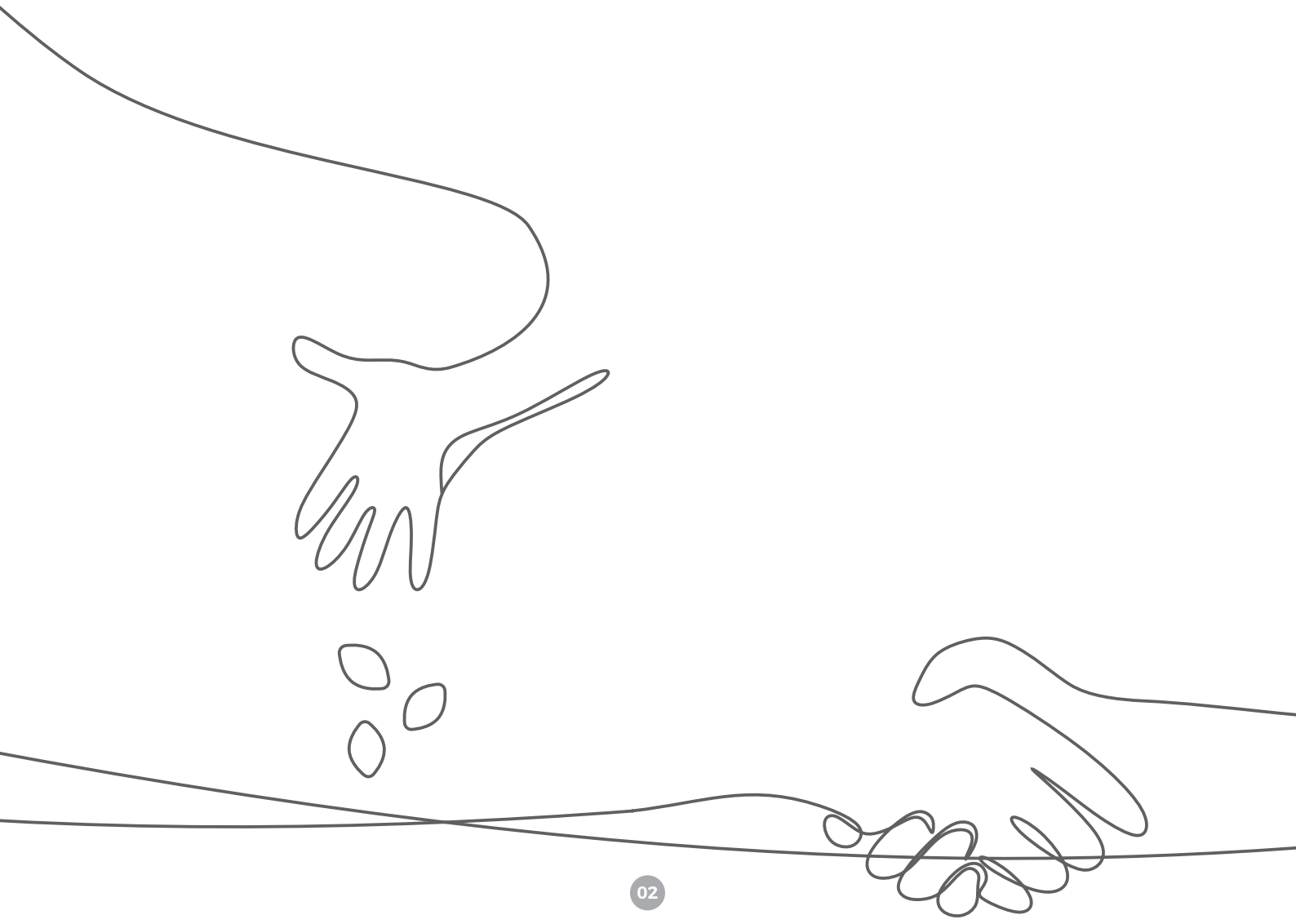
coopa

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2020

60 ANOS



Cooperado(a),

O ano de 2020 passou. No seu encerramento, o sentimento nosso, da administração, é um misto de alívio, orgulho e alegria.

Alívio porque passamos pelo COVID-19, essa ameaça cotidiana à nossa saúde, com sucesso. Graças à dedicação dos nossos funcionários, à cautela e cuidado de todos, tivemos pouquíssimos casos em nosso meio. Assim, foi possível caminhar na gestão com o sucesso possível. Nossos resultados foram positivos.

Orgulho porque vemos a nossa ameaçada COOPA de 3 a 4 anos atrás firmar-se perante seus associados, funcionários, agentes financeiros e fornecedores como uma organização que volta a ter o respeito conquistado em 60 anos de luta.

Alegria porque a luz no fim do túnel cada vez está mais clara. Nosso planejamento foi cumprido, não temos uma conta atrasada sequer, ampliamos nosso movimento e nossos serviços aos produtores e garantimos sobras que indicam nosso crescimento sustentado.

Em 2020, concluímos a 1ª fase do processo de recuperação da COOPA: muitas decisões doloridas como venda de patrimônio, demissões, redução nas despesas, negociações duras e longas.

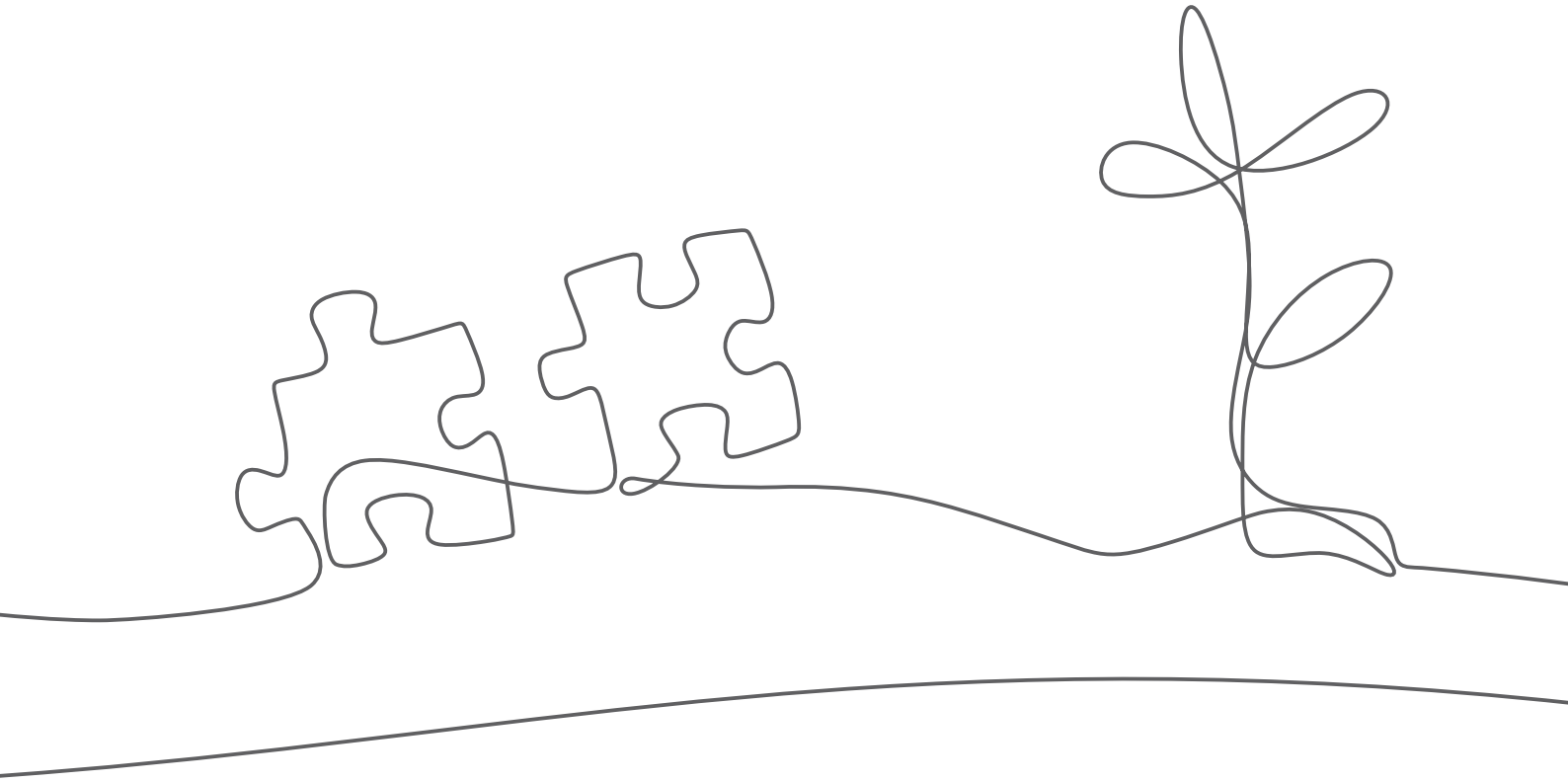
Agora estamos na 2ª fase de melhorar e aumentar os serviços de atendimento aos sócios.

Dentro de pouco tempo, a cooperativa deixará de ser nosso problema, sendo apoio e solução para os associados. Mais insumos, mais equipamentos e peças, mais assistência técnica, melhores preços. Enfim, mais paz, esperança e confiança entre associados, funcionários, dirigentes e a comunidade em geral.

Cabe ressaltar e agradecer a dedicação dos conselhos de administração e fiscal cujos membros que assumiram desde 2017 colocaram seus nomes, seus sossegos e até seus patrimônios em risco para contribuir com o sonho de recuperar a COOPA.

Nossos aplausos a todos. Valeu a pena. Obrigado.

Conselho de Administração da COOPA



Apresentação

Cumprindo determinações legais e estatutárias, o Conselho de Administração da Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda apresenta aos cooperados o Relatório do Exercício de 2020, Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, Fluxo de Caixa, Mutações do Patrimônio Líquido, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

ÍNDICE

Nossa Cooperativa 7

Nosso Objetivo 7

Estrutura Administrativa 7

Conselho de Administração - Mandato: 2017/2021 – Composição em 31.12.2020 7

Conselho Fiscal - Mandato: 2020/2021 – Composição em 31.12.2020 7

1 **Dados Gerais** 8

1.1. Faturamento 8

1.2. Dispêndios Operacionais (R$) 9

1.3. Sobras (Perdas) 9

1.4. Quadro Social 10

1.5. Despesas com Pessoal 10

1.6. Quadro de Funcionários 11

2 **Faturamento e Sobras por Unidade Operacional em Atividade** 12

2.1. Loja Agroveterinária em Patrocínio 12

2.2. Loja Agroveterinária em Serra do Salitre 12

2.3. Loja Agroveterinária em Coromandel 13

2.4. Loja Agroveterinária em Ibiá 13

2.5. Fábrica de Rações 14

2.6. Supermercado em Patrocínio 14

2.7. Supermercado em Coromandel 15

2.8. Leite 15

3 **Demonstrações Financeiras** 16

3.1. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras 16

3.2. Parecer do Conselho Fiscal 20

3.3. Balanços Patrimoniais 21

3.4. Demonstrações do Resultado 21

3.5. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido 22

3.6. Demonstrações dos Fluxos de Caixa 22

4 **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras** 23

1. Contexto operacional 23
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras 23
3. Resumo das principais práticas contábeis 24
4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos 30
5. Gestão de risco financeiro 31
6. Instrumentos financeiros por categoria 32
7. Caixa e equivalentes de caixa 32
8. Contas a receber 33
9. Estoques 33
10. Impostos e contribuições a recuperar 34
11. Investimentos 34
12. Imobilizado 34
13. Intangível 35
14. Fornecedores 35
15. Obrigações com cooperados 36
16. Empréstimos e financiamentos 36
17. Obrigações sociais e trabalhistas 36
18. Impostos e contribuições a recolher 36
19. Capital a restituir 36
20. Depósitos judiciais e provisão para contingências 37
21. Passivos contingentes 37
22. Patrimônio líquido 37
23. Ingresso operacional líquido 38
24. Outros ingressos operacionais líquidos 38
25. Dispêndios financeiros líquidos 39
26. Imposto de renda e contribuição social 39
27. Transações com partes relacionadas 39
28. Demonstração de sobras de atos cooperativos e não cooperativos 40
29. Demonstração de sobras por segmento 40
30. Cobertura de seguros 41

Nossa Cooperativa

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PATROCÍNIO LTDA.
Nome fantasia: COOPA
Endereço: Rua Pedro Barbosa Victor, 425 – Centro
Cidade: Patrocínio – MG – CEP: 38740-004
Telefone: (34) 3515-7300
E-mail: comunicacao@coopa.coop.br
Site: www.coopa.coop.br
Data da fundação: 08.09.1961
CNPJ: 23.405.160/0001-16
NIRE (JUCEMG): 31400012427
OCEMG – OCB: 281
Inscrição Municipal: 3143

Nosso Objetivo

É resgatar a confiança do associado na COOPA como instrumento de apoio à sua produção.

Estrutura Administrativa

Conselho de Administração
Mandato: 2017/2021
Composição em 31.12.2020

Efetivos
Fausto Amaral da Fonseca – Presidente
Maurício da Cunha – Vice-presidente
Arlindo Nunes dos Reis
Eduardo Machado Arantes
Inês Maria Alberton Fiebig
José Francisco Romão
Valtônio Soares
Marcos José Caixeta
Rosemir Ferreira Rosa

Conselho Fiscal
Mandato: 2020/2021
Composição em 31.12.2020

Efetivos
Alexina Fernandes Tavares Campos
Jeová Donizete Pereira
Lázaro Luiz Fernandes

Suplentes
Gilson Fernando de Carvalho
Roberval Sabino Maia
Valdemar Egidio da Silva

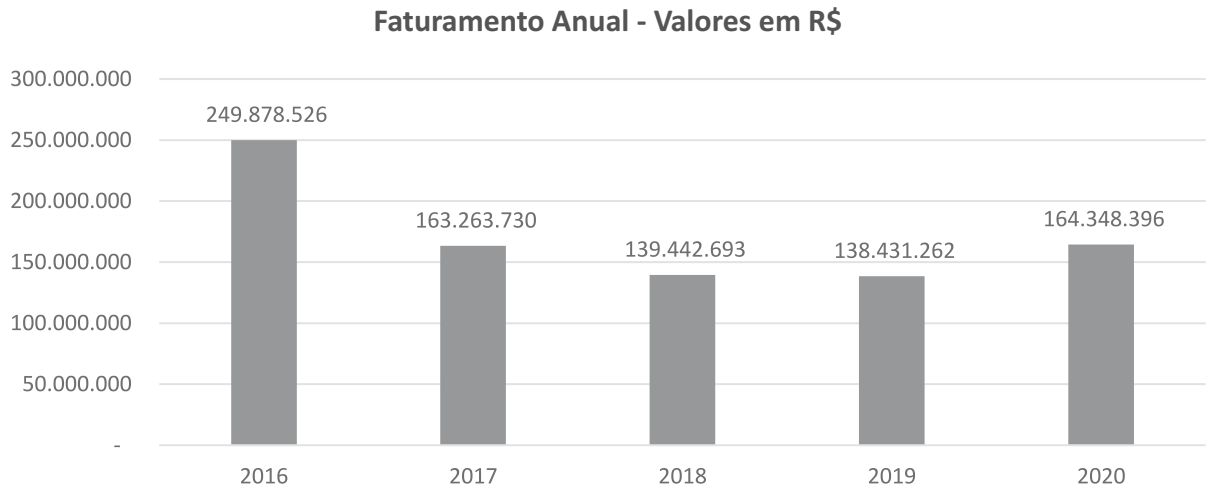
1 Dados Gerais

Demonstrativo das sobras ou perdas acumuladas

COMPARATIVO

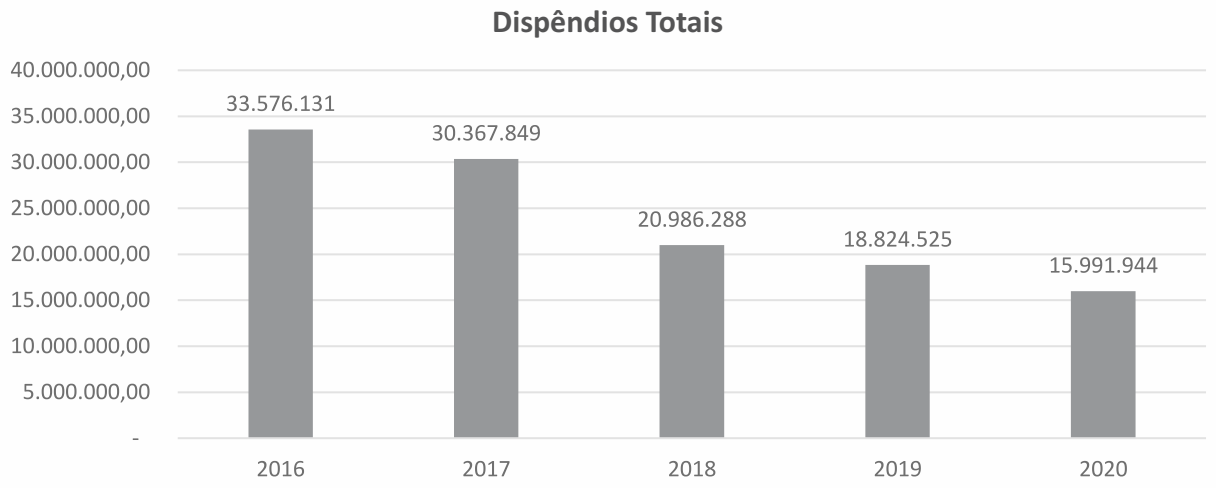
Contas	2016	2017	2018	2019	2020
Ingressos/Receitas	247.278.386	163.263.730	139.442.693	138.431.262	164.348.396
Deduções	(11.230.165)	(10.721.261)	(10.328.273)	(10.056.675)	(12.436.559)
Custos	(200.186.766)	(132.996.603)	(113.945.002)	(112.954.320)	(132.958.344)
Sobras Brutas	**35.861.455**	**19.545.866**	**15.169.418**	**15.420.267**	**18.953.493**
Pessoal	(19.419.731)	(14.886.605)	(9.550.666)	(10.312.969)	(9.111.224)
Vendas	(3.672.070)	(3.788.720)	(2.581.368)	(1.979.180)	(1.502.061)
Gerais/Adm	(8.382.750)	(7.792.306)	(7.091.897)	(4.976.195)	(5.140.958)
Tributos	(3.187.707)	(3.523.965)	(801.821)	(596.816)	(463.239)
Rates	(1.562.706)	(2.490.539)	(357.594)	(273.205)	(311.061)
Outras Receitas	(612.132)	(469.936)	6.924.390	2.355.619	2.894.941
Outras Despesas	4.710.955	3.659.533	(4.430.748)	(271.885)	(104.465)
Depreciação	(830.444)	(1.075.311)	(3.096.584)	(2.769.895)	(2.253.877)
Dispêndios Operacionais	**(32.956.585)**	**(30.367.849)**	**(20.986.288)**	**(18.824.526)**	**(15.991.944)**
RESULTADO OPERACIONAL	**2.904.871**	**(10.821.983)**	**(5.816.870)**	**(3.404.259)**	**2.961.548**
PDD-Provisão Cred Líq Duvidosa	(9.085.116)	-	-	-	-
Resultado de Ativos Invest/Imob	3.566.039	275.390	11.251.425	3.418.477	368.489
Resultado Financeiro	(19.570.069)	(8.829.385)	11.508.588	14.016.632	1.585.813
Sobras / Perdas Antes Impostos	**(22.184.274)**	**(19.375.978)**	**16.943.143**	**14.030.851**	**4.915.850**
IRPJ E CSLL	-	-	(241.131)	(165.946)	-
Sobras / Perdas do exercício	**(22.184.274)**	**(19.375.978)**	**16.702.012**	**13.864.905**	**4.915.850**
EBTIDA	**7.301.355**	**(9.471.282)**	**8.531.139**	**2.784.113**	**5.583.915**

1.1 Faturamento



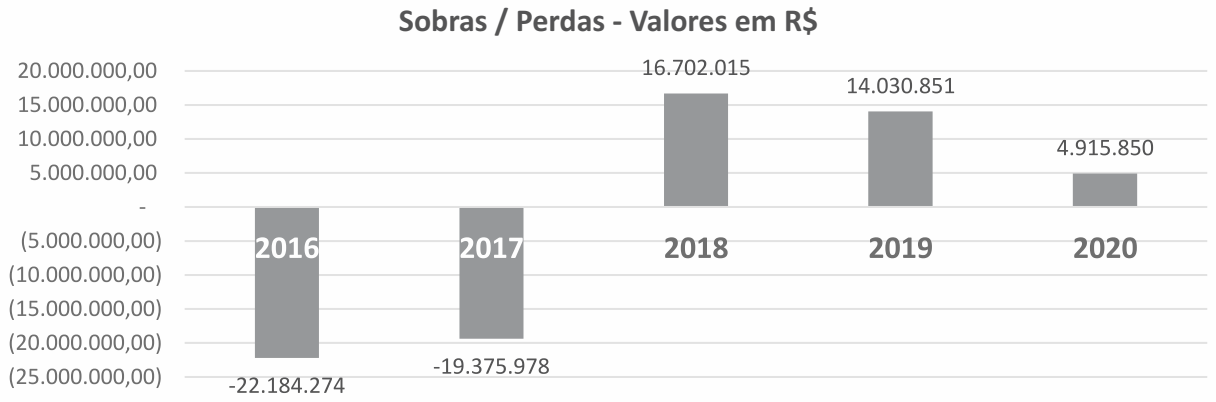
Faturamento Anual em Milhares de R$													
Ano	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**	**TOTAL**
2016	20.651	20.872	21.088	17.972	17.740	17.577	18.361	19.614	24.265	30.257	21.559	19.923	249.879
2017	18.514	17.490	16.568	11.866	11.400	10.379	10.519	10.564	13.840	15.056	13.455	13.613	163.264
2018	13.346	11.715	12.137	11.004	10.578	11.559	11.358	11.005	11.673	13.544	10.526	10.998	139.443
2019	11.692	10.841	11.135	10.784	11.429	10.165	10.967	11.632	11.674	13.491	12.351	12.270	138.431
2020	11.281	10.698	11.597	10.647	11.034	12.342	13.334	14.154	16.223	18.523	16.970	17.546	164.348

1.2 Dispêndios Operacionais (R$)



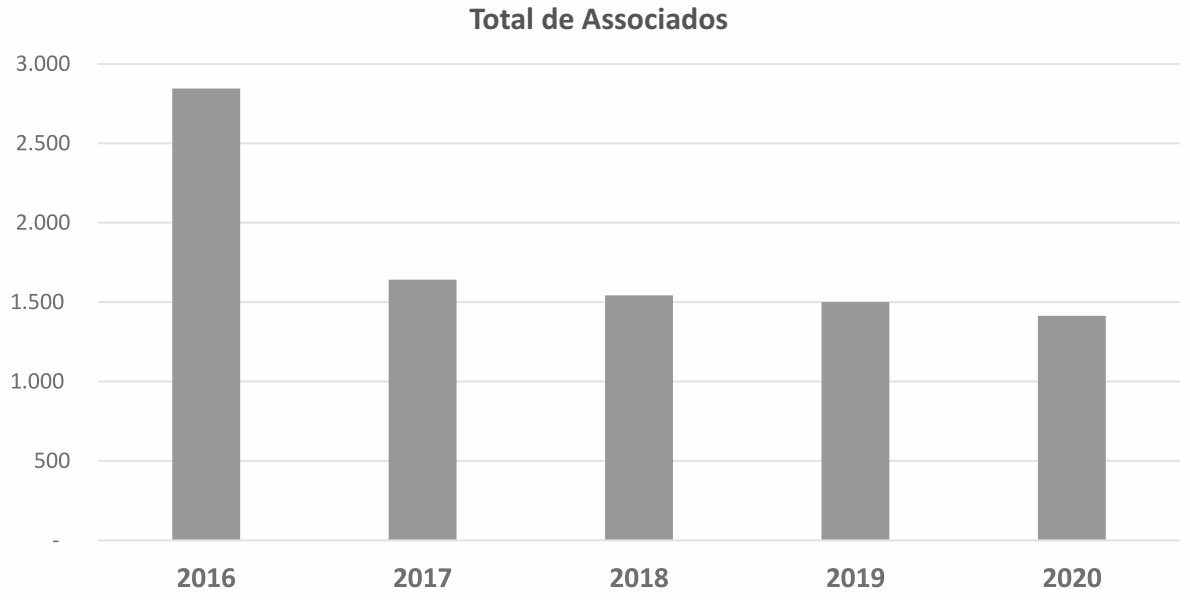
Dispêndios Operacionais em Milhares de R$													
Ano	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**	**TOTAL**
2016	3.028	3.140	2.484	3.022	2.717	2.952	2.879	2.777	2.598	2.969	2.210	2.801	33.576
2017	2.566	2.483	3.285	2.782	2.490	2.701	2.739	1.736	1.903	1.950	2.433	3.299	30.368
2018	1.623	1.612	1.675	1.729	1.907	1.280	1.673	461	1.746	1.768	3.775	1.736	20.986
2019	1.667	1.650	1.694	1.718	1.554	1.328	1.540	1.067	1.604	1.545	1.834	1.623	18.825
2020	1.257	1.232	1.490	1.595	1.341	1.515	1.389	1.319	1.607	1.273	1.581	393	15.992

1.3 Sobras (Perdas)



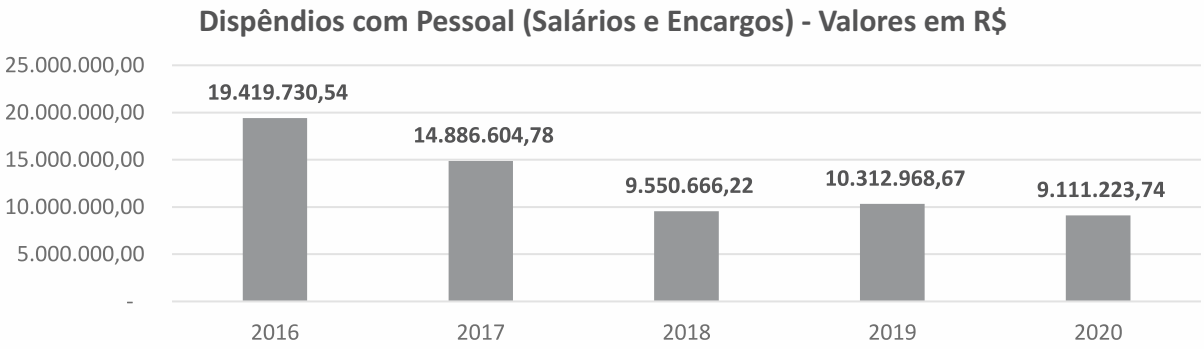
Sobras / Perdas em Milhares de R$													
Ano	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**	**TOTAL**
2016	(710)	(993)	(2.128)	(2.678)	(2.143)	(1.889)	(1.855)	(1.690)	(1.163)	(1.857)	(868)	(4.210)	(22.184)
2017	(1.584)	(1.411)	(2.241)	(2.751)	(2.019)	(2.130)	(2.381)	(2.238)	(1.553)	(597)	(2.369)	1.898	(19.376)
2018	(1.456)	(1.018)	(1.119)	(1.504)	(1.885)	(735)	(1.060)	7.086	(1.491)	(1.285)	22.869	(1.700)	16.702
2019	(1.141)	(947)	(961)	6.504	(788)	11.602	(872)	(1.237)	(460)	(406)	3.410	(673)	14.031
2020	411	(93)	266	(399)	157	(39)	189	1.901	(468)	1.301	257	1.434	4.916

1.4 Quadro Social



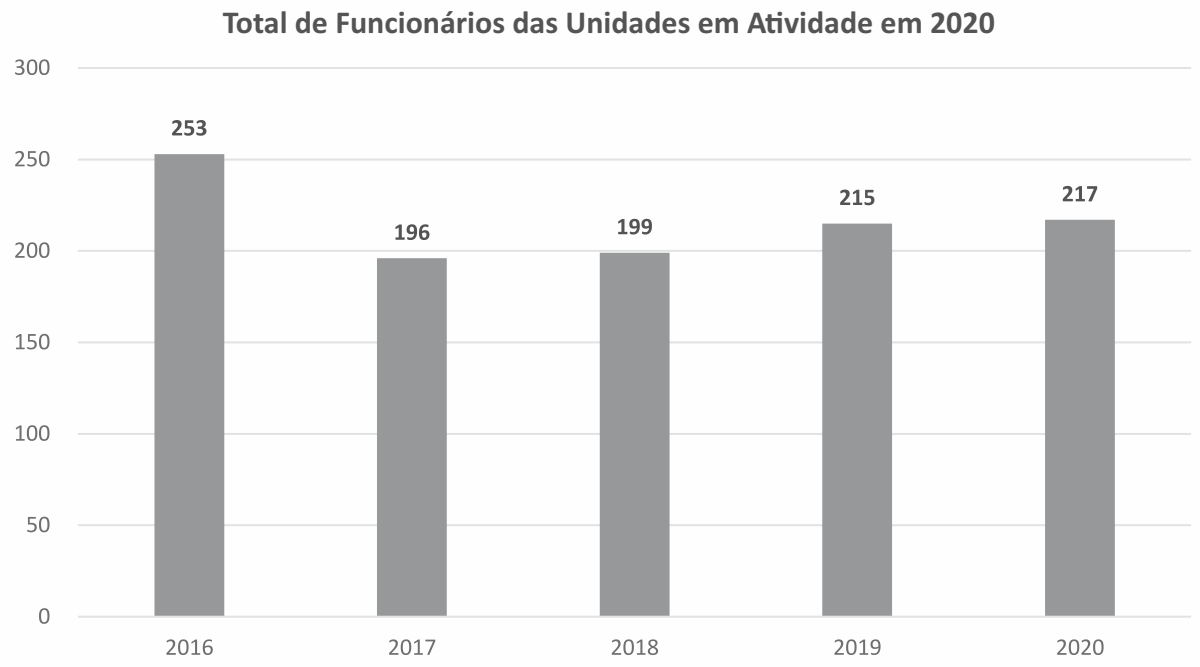
ASSOCIADOS					
	2016	2017	2018	2019	2020
TOTAL DE ASSOCIADOS	2.845	1.642	1.544	1.500	1.415
	2016	2017	2018	2019	2020
ENTRADA	21	32	21	35	30
SAÍDA	118	1235	119	79	115

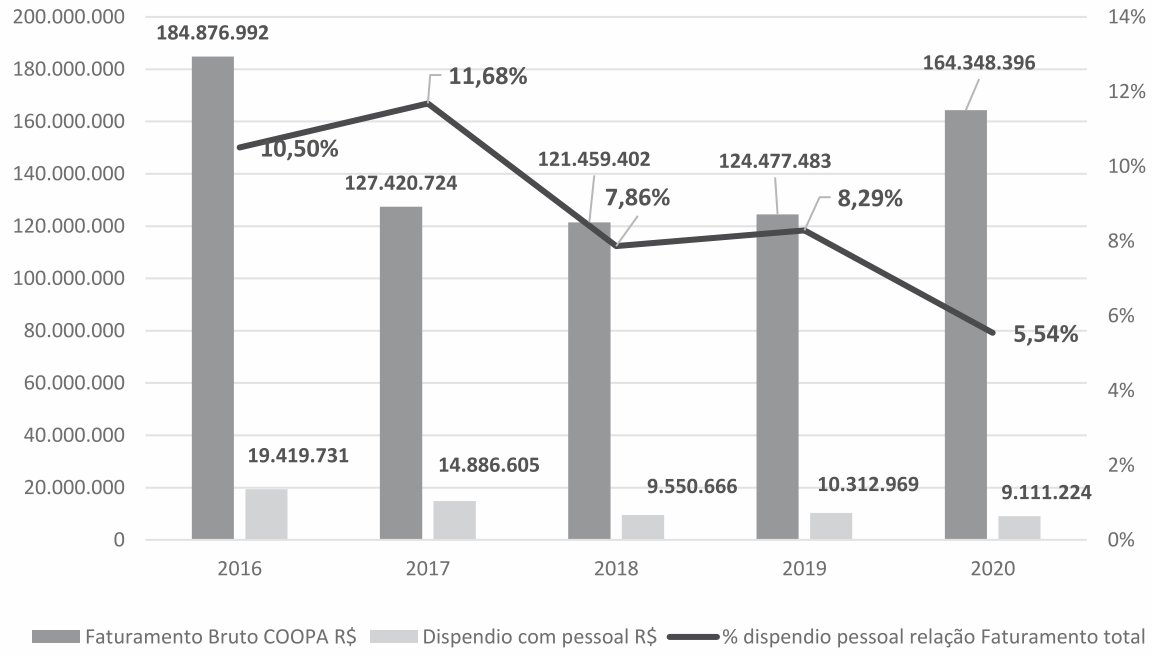
1.5 Despesas com Pessoal



Dispêndios com Pessoal (Salários e Encargos) em Milhares de R$													
Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
2016	1.742	1.793	1.627	1.591	1.601	1.585	1.440	1.785	1.498	1.541	1.588	1.630	19.420
2017	1.374	1.387	1.855	1.283	1.299	1.414	1.932	910	907	854	897	776	14.887
2018	771	809	795	778	765	753	689	865	890	846	821	768	9.551
2019	757	813	834	827	838	849	859	1.081	816	864	881	893	10.313
2020	542	820	811	750	686	824	764	763	808	703	854	787	9.111

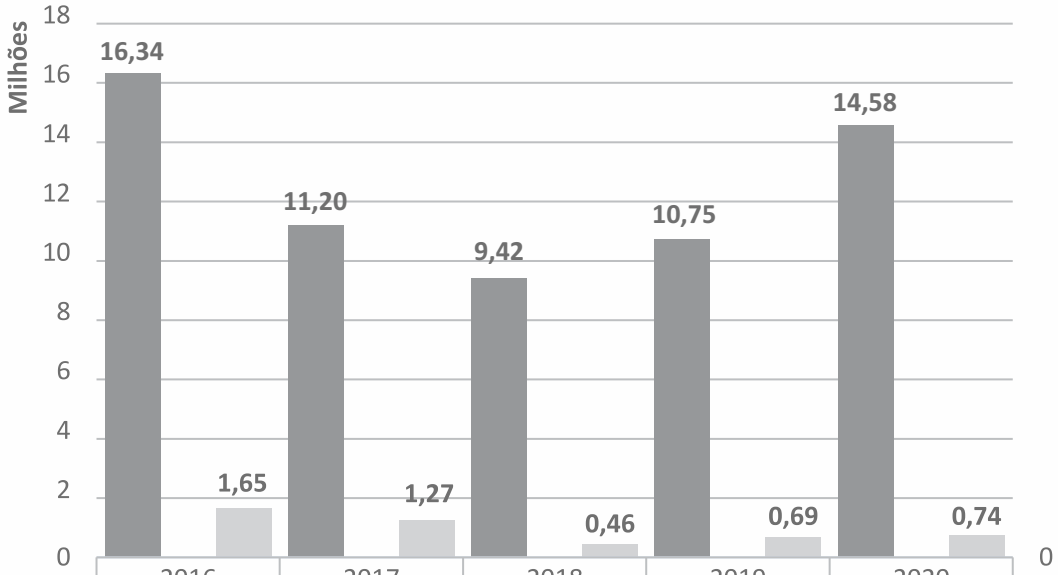
1.6 Quadro de Funcionários





2 Faturamento e Sobras por Unidade Operacional em Atividade

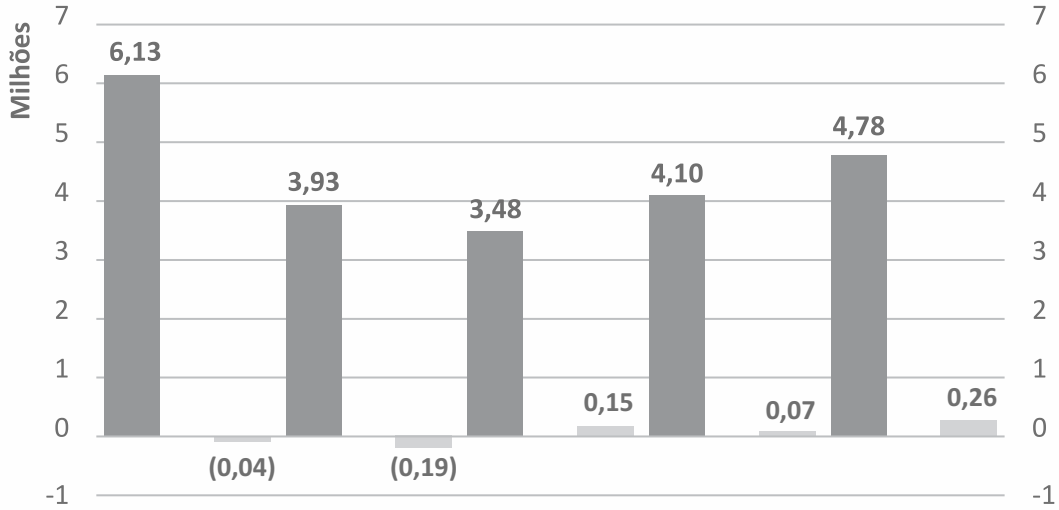
2.1 Loja Agroveterinária em Patrocínio



	2016	2017	2018	2019	2020
Faturamento	16.337.008,39	11.197.651,43	9.420.867,70	10.749.145,37	14.584.881,80
Sobras (Perdas)	1.651.883,73	1.270.633,17	461.637,57	689.417,05	743.106,94

Faturamento Sobras (Perdas)

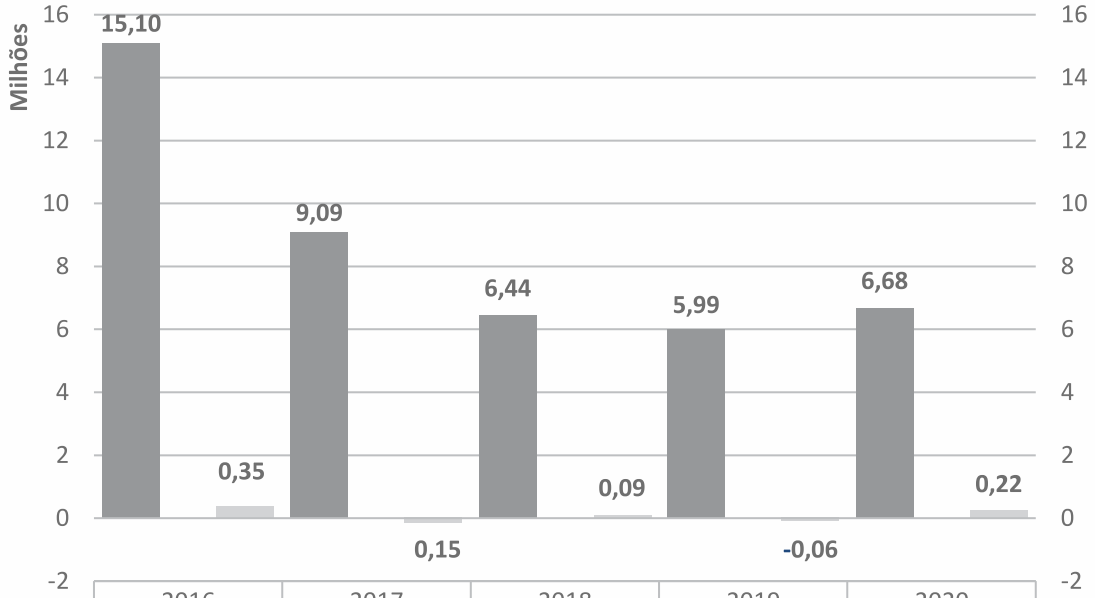
2.2 Loja Agroveterinária em Serra do Salitre



	2016	2017	2018	2019	2020
Faturamento	6.133.835,37	3.934.782,39	3.484.239,73	4.104.506,53	4.778.411,27
Sobras (Perdas)	-39.007,32	-186.814,52	153.878,71	74.776,55	262.418,15

Faturamento Sobras (Perdas)

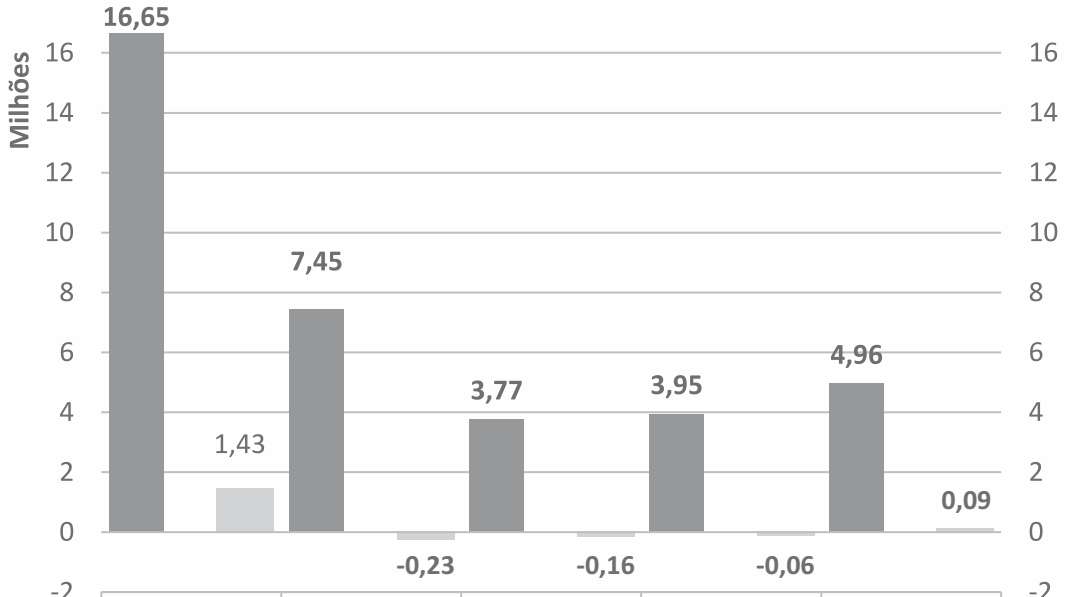
2.3 Loja Agroveterinária em Coromandel



	2016	2017	2018	2019	2020
Faturamento	15.103.123,63	9.092.224,90	6.440.463,11	5.990.491,46	6.675.740,95
Sobras (Perdas)	351.197,76	-148.467,77	93.974,67	-59.922,10	221.057,47

Faturamento Sobras (Perdas)

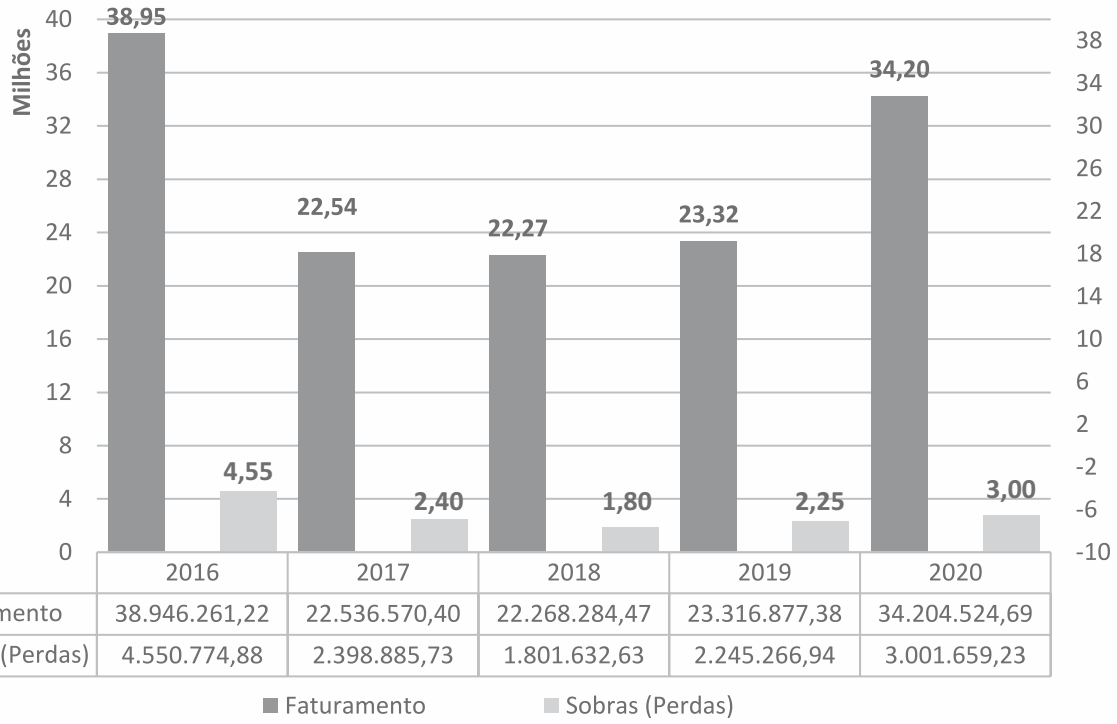
2.4 Loja Agroveterinária em Ibiá



	2016	2017	2018	2019	2020
Faturamento	16.653.253,51	7.447.254,94	3.771.498,62	3.949.662,53	4.963.527,78
Sobras (Perdas)	1.432.236,98	-231.209,89	-161.693,45	-56.600,67	88.001,08

Faturamento Sobras (Perdas)

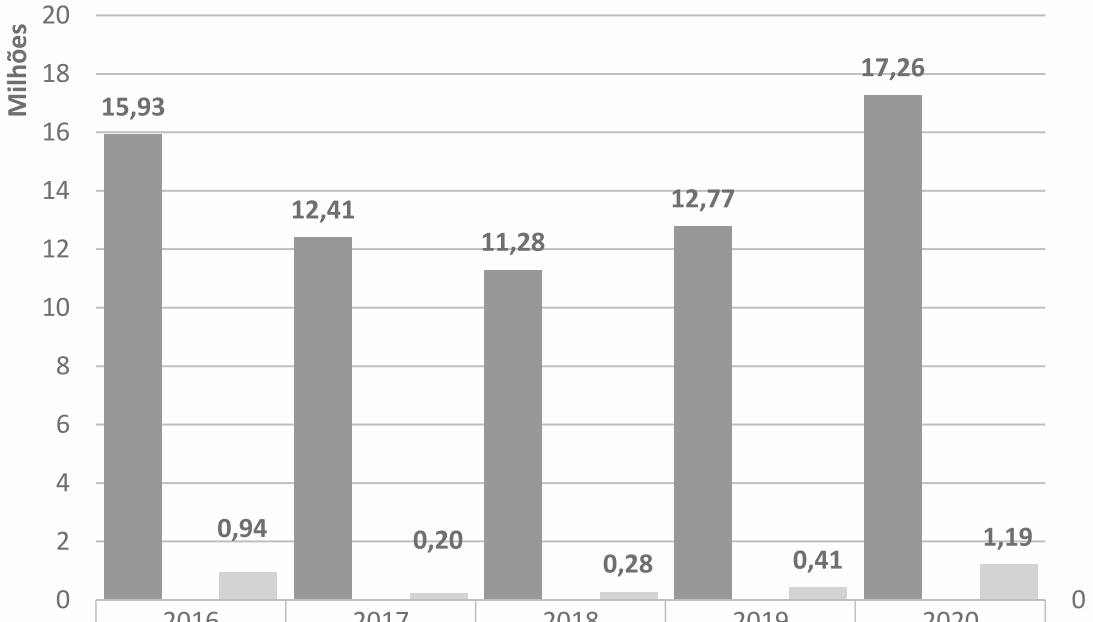
2.5 Fábrica de Rações



	2016	2017	2018	2019	2020
Faturamento	38.946.261,22	22.536.570,40	22.268.284,47	23.316.877,38	34.204.524,69
Sobras (Perdas)	4.550.774,88	2.398.885,73	1.801.632,63	2.245.266,94	3.001.659,23

Faturamento Sobras (Perdas)

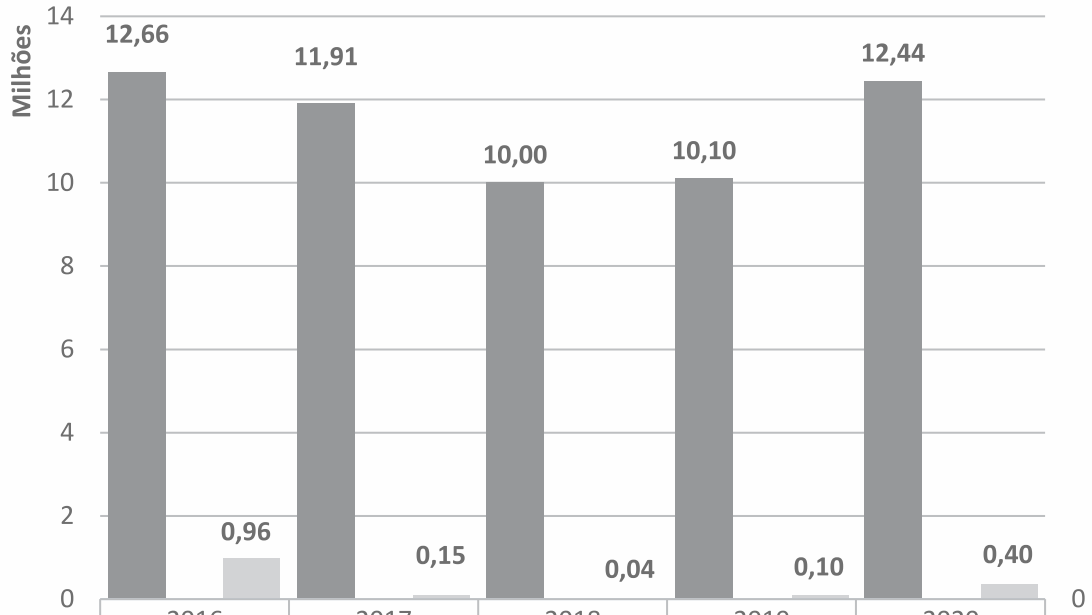
2.6 Supermercado em Patrocínio



	2016	2017	2018	2019	2020
Faturamento	15.928.797,44	12.406.727,05	11.283.410,36	12.768.654,27	17.255.634,83
Sobras (Perdas)	942.334,22	200.587,60	276.848,85	410.363,14	1.192.895,07

Faturamento Sobras (Perdas)

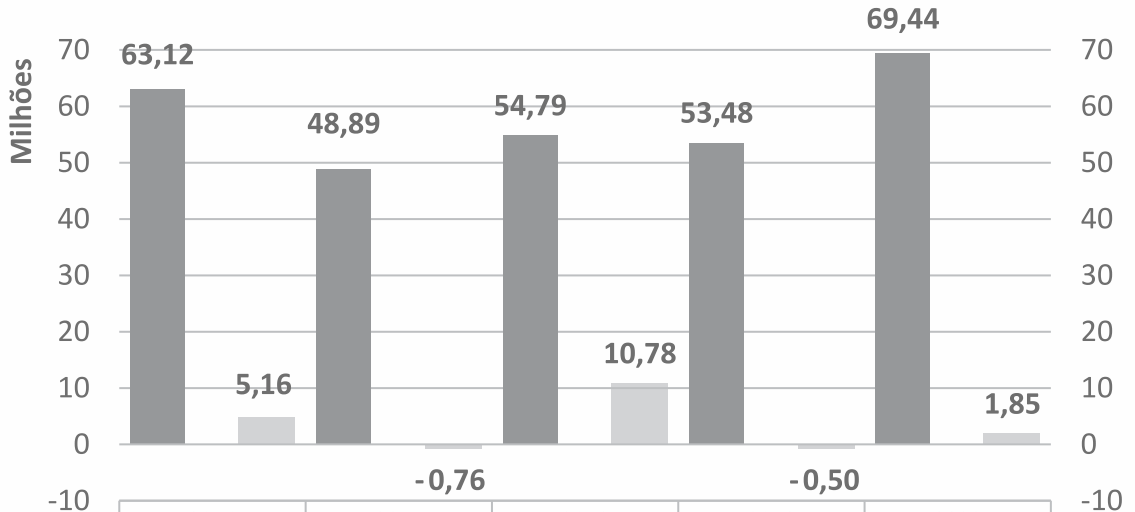
2.7 Supermercado em Coromandel



	2016	2017	2018	2019	2020
Faturamento	12.657.710,84	11.913.178,09	9.999.677,83	10.099.592,20	12.444.572,21
Sobras (Perdas)	958.931,49	150.356,95	44.198,12	101.217,40	399.382,20

Faturamento Sobras (Perdas)

2.8 Leite



	2016	2017	2018	2019	2020
Faturamento	63.117.002,42	48.890.641,53	54.790.960,36	53.484.553,86	69.441.102,13
Sobras (Perdas)	5.162.905,77	-760.921,39	10.782.994,73	-497.418,89	1.848.869,88

Faturamento Sobras (Perdas)

3 Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

3.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

INOVEAUD
auditores e consultores

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Cooperados da
Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda. – Coopa
Patrocínio MG

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda. – Coopa ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos comentados no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda. – Coopa em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Estoque sem movimentação

Na rubrica de estoques, há itens sem movimentação no montante de R$ 1.306.880, devido ao fato de não termos conseguido obter evidências necessárias quanto ao teste de impairment sobre estes itens, não foi possível concluir e não concluímos sobre os possíveis efeitos nas demonstrações financeiras.

Imobilizado

A Administração da Cooperativa não procedeu às adequações previstas nos pronunciamentos CPC 27 Ativo Imobilizado, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no que determina a revisão do tempo de vida útil, do valor depreciável e do valor residual final dos bens do ativo imobilizado, e CPC 01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Consequentemente, não foi possível concluir, e não concluímos, sobre a necessidade de ajuste no imobilizado, e seus possíveis reflexos no patrimônio líquido e no resultado do exercício.

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado nº 870 – Sala 202 - Iguatemi Empresarial – Vila do Golf
Ribeirão Preto SP – CEP 14027-250 Tel. (16) 3636-8915 | www.mrzinoveaud.com.br

Circularização de assessores jurídicos

Determinado assessor jurídico da Cooperativa não respondeu às nossas correspondências formais denominadas "cartas de circularização". Nessas circunstâncias, não podemos firmar juízo sobre eventuais ajustes que poderiam ser requeridos nas rubricas de Depósitos judiciais (ativo não circulante), Provisão para contingências (passivo não circulante) e seus reflexos no resultado do exercício e patrimônio líquido, em função de informações da resposta daquela correspondência.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Rendimentos de depósito judicial

Conforme nota explicativa 10, no exercício de 2018 a Cooperativa registrou como receita financeira o valor de R$ 7.608.458, tendo como origem rendimentos de depósito judicial a favor de Receita Federal do Brasil. Em 16 de agosto de 2018, a Cooperativa protocolou junto à Receita Federal do Brasil sua adesão ao Programa de Regularização Tributária, como prevê a lei nº 13.606/18, cujo pleito encontra-se em processo de homologação. O Programa de Regularização Tributária prevê isenção de multa e juros. Deferido o pedido, o principal e os rendimentos dos depósitos judiciais retornarão a Cooperativa. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Cooperativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente que emitiram relatório em 3 de março de 2020, contendo ressalva relacionada a não adequação do ativo imobilizado previstas nos pronunciamentos do CPC 27 e CPC 01, e parágrafo de ênfase relacionada rendimentos de depósito judicial.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

(i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

(ii) obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

(iii) avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

(iv) concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras, caso venham a existir, podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

(v) avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 29 de janeiro de 2021.

Inoveaud Auditores Independentes
CRC 2SP033908/O-3

Jefferson Alex Carvalho de Sousa
Contador CRC 1SP250223/O-3

3.2 Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Como membros efetivos do Conselho Fiscal da Cooperativa Agro Pecuária de Patrocínio Ltda., no uso das atribuições estatutárias, examinamos as operações sociais, como: Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Sobras e Perdas, acompanhadas de Notas Explicativas da Diretoria e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Baseados no exame e nas informações suplementares obtidas da Auditoria Externa, somos de parecer que as contas apresentadas representam a situação patrimonial, econômica e financeira da entidade, merecendo aprovação dos senhores associados.

Patrocínio, 05 de fevereiro de 2021.

Jeová Donizete Pereira
Conselheiro Fiscal

Alexina Fernandes Tavares Campos
Conselheiro Fiscal

Lázaro Luiz Fernandes
Conselheiro Fiscal

3.3 Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 - Em reais

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				**Passivo**			
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	**7**	1.526.565	2.193.557	Fornecedores	**14**	13.776.942	14.322.792
Contas a receber	**8**	12.206.765	7.767.934	Obrigações com cooperados	**15**	4.142.325	3.092.952
Estoques	**9**	16.593.889	12.180.547	Empréstimos e financiamentos	**16**	4.187.828	2.705.460
Impostos e contribuições a recuperar	**10**	23.846.708	23.212.576	Obrigações sociais e trabalhistas	**17**	4.355.664	4.600.106
Despesas antecipadas		240.248	248.571	Impostos e contribuições a recolher	**18**	13.855.947	14.071.463
				Provisão para férias e encargos		773.183	730.444
		54.414.175	**45.603.185**	Outras obrigações		836.214	236.977
Não circulante							
Realizável a longo prazo						**41.928.103**	**39.760.194**
Contas a receber	**8**	37.273.968	40.114.087	**Não circulante**			
Impostos e contribuições a recuperar	**10**	2.363	4.757	Fornecedores	**14**	714.115	2.268.995
Depósitos judiciais	**20**	2.409.500	2.409.500	Empréstimos e financiamentos	**16**	7.726.188	4.186.185
Investimentos	**11**	207.549	198.339	Obrigações sociais e trabalhistas	**17**	6.362.309	7.951.676
Imobilizado	**12**	14.077.229	14.595.999	Capital a restituir	**19**	12.487.206	12.427.936
Intangível	**13**	6.728.436	7.984.706	Provisão para contingências	**20**	1.304.486	1.304.486
		60.699.045	**65.307.388**			**28.594.304**	**28.139.278**
				Patrimônio líquido			
				Capital social		24.509.033	22.845.171
				Reserva legal		2.492.023	2.471.662
				Reserva de reavaliação		3.110.564	3.189.172
				Reserva de desenvolvimento		8.403.601	-
				Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES		1.062.405	1.101.495
				Sobras à disposição da AGO		5.013.187	13.403.601
					22	**44.590.813**	**43.011.101**
Total do ativo		**115.113.220**	**110.910.573**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**115.113.220**	**110.910.573**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.4 Demonstrações do Resultado

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 - Em reais

	Nota	2020	2019
Ingresso operacional líquido	**23**	151.911.837	128.374.587
Dispêndios de produtos e mercadorias vendidos e serviços prestados		(132.958.344)	(112.954.320)
Sobra bruta		**18.953.493**	**15.420.267**
(Dispêndios) ingressos operacionais			
Dispêndios com pessoal		(9.111.224)	(10.312.969)
Dispêndios administrativos e gerais		(9.671.198)	(10.595.290)
Outros ingressos operacionais líquidos	**24**	3.144.117	5.491.069
Resultado de participações em cooperativas		14.849	11.142
		(15.623.456)	**(15.406.048)**
Sobra antes do resultado financeiro		**3.330.037**	**14.219**
Ingressos financeiros		4.522.151	15.904.682
Dispêndios financeiros		(2.936.338)	(1.888.052)
	25	**1.585.813**	**14.016.632**
Sobra líquida antes dos tributos		**4.915.850**	**14.030.851**
Contribuição Social	**26**	-	(48.054)
Imposto de Renda	**26**	-	(117.892)
		-	**(165.946)**
Sobra líquida do exercício		**4.915.850**	**13.864.905**
Ajuste sobras exercício anterior		-	(394.437)
Utilização da RATES		311.062	707.708
Realização da reserva de reavaliação		78.608	805.564
Utilização Reserva Legal		523.582	587.761
Constituição de Reserva legal		(543.943)	(1.445.267)
Constituição de RATES		(271.972)	(722.633)
Sobras à disposição da AGO		**5.013.187**	**13.403.601**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.5 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 - Em reais

	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva legal	Reserva de reavaliação	Reserva de desenvolvimento	Rates	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	**30.065.669**	**(6.905.234)**	**1.614.156**	**3.994.736**	**-**	**1.086.570**	**15.368.005**	**45.223.902**
Incorporação de sobras em capital	4.782.480	-	-	-	-	-	(4.782.480)	-
Distribuição de sobras	-	-	-	-	-	-	(10.585.525)	(10.585.525)
Ajuste sobras exercício anterior	-	-	-	-	-	-	(394.437)	(394.437)
Capital social a integralizar	-	1.722.960	-	-	-	-	-	1.722.960
Integralizações de capital	246.945	-	-	-	-	-	-	246.945
Baixa de capital	(7.067.649)	-	-	-	-	-	-	(7.067.649)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(805.564)	-	-	805.564	-
Sobra do exercício	-	-	-	-	-	-	13.864.905	13.864.905
Constituição de reserva legal	-	-	1.445.267	-	-	-	(1.445.267)	-
Constituição Rates	-	-	-	-	-	722.633	(722.633)	-
Utilização da Reserva legal	-	-	(587.761)	-	-	-	587.761	-
Utilização da Rates	-	-	-	-	-	(707.708)	707.708	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**28.027.445**	**(5.182.274)**	**2.471.662**	**3.189.172**	**-**	**1.101.495**	**13.403.601**	**43.011.101**
Incorporação de sobras em capital	5.000.000	-	-	-	-	-	(5.000.000)	-
Constituição da reserva de desenvolvimento	-	-	-	-	8.403.601	-	(8.403.601)	-
Capital social a integralizar	-	870.847	-	-	-	-	-	870.847
Integralizações de capital	358.323	-	-	-	-	-	-	358.323
Baixa de capital	(4.565.308)	-	-	-	-	-	-	(4.565.308)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(78.608)	-	-	78.608	-
Sobra do exercício	-	-	-	-	-	-	4.915.850	4.915.850
Constituição de reserva legal	-	-	543.943	-	-	-	(543.943)	-
Constituição Rates	-	-	-	-	-	271.972	(271.972)	-
Utilização da Reserva legal	-	-	(523.582)	-	-	-	523.582	-
Utilização da Rates	-	-	-	-	-	(311.062)	311.062	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**28.820.460**	**(4.311.427)**	**2.492.023**	**3.110.564**	**8.403.601**	**1.062.405**	**5.013.187**	**44.590.813**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.6 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 - Em reais

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobra do exercício	4.915.850	13.864.905
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	2.292.453	2.769.894
Valor residual das baixas do imobilizado	38.549	1.874.067
Variação nos ativos:		
Contas a receber	(4.438.831)	21.475.868
Estoques	(4.413.342)	33.168
Outros ativos circulantes e não circulantes	2.216.704	3.666.778
Variação nos passivos:		
Fornecedores	(2.100.730)	(3.411.397)
Obrigações com cooperados	1.049.374	802.746
Obrigações sociais, trabalhistas e provisão de férias e encargos	(201.703)	722.446
Impostos e contribuições a recolher	(1.804.883)	446.655
Outros passivos circulantes e não circulantes	658.506	6.608.727
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(1.788.053)**	**48.853.857**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações em investimentos	(9.210)	284.189
Aquisições do imobilizado e do intangível	(555.963)	(134.657)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos	**(565.173)**	**149.532**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Variação dos empréstimos e financiamentos	5.022.372	(33.963.387)
Integralizações de capital	358.323	246.946
Baixas de capital	(4.565.308)	(7.067.649)
Distribuição sobras	-	(10.979.962)
Integralização capital conf. AGO	870.847	1.722.960
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	**1.686.234**	**(50.041.092)**
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	**(666.992)**	**(1.037.703)**
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.526.565	2.193.559
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.193.557	3.231.262
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	**(666.992)**	**(1.037.703)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

4 Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

1. Contexto operacional

A Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda. - Coopa (Cooperativa), com sede em Patrocínio/MG, tem por objetivo a defesa econômica e social dos seus associados, dentro dos princípios do cooperativismo, promovendo o estímulo ao desenvolvimento progressivo, a defesa de suas atividades sociais e econômicas de caráter comum e a venda em comum da sua produção agrícola e/ou pecuária nos mercados locais, nacionais ou internacionais. A Cooperativa conta com 1.415 e 1.500 cooperados ao final de 2020 e 2019, respectivamente.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista Lei das Sociedades Cooperativas (Lei nº 5.764/71) e a NBC ITG 2004/2017 Entidade Cooperativa.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 29 de janeiro de 2021 e não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e a de aprovação das demonstrações financeiras, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira. A Administração da Cooperativa declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Nos exercícios de 2020 e 2019, a Cooperativa não realizou operações para apresentação das demonstrações do resultado abrangente. Dessa forma, a Cooperativa não está apresentando as demonstrações do resultado abrangente para os exercícios de 2020 e 2019.

b. Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

c. Moeda de apresentação e moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Cooperativa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Cooperativa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Cooperativa.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com a norma CPC e a NBC ITG 2004/2017 Entidade Cooperativa exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos, referente às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. Ativos financeiros

3.2.1. Classificação

A Cooperativa classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis (não mantém ativos financeiros classificados como disponíveis para venda). A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Cooperativa compreendem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos.

3.2.2. Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são contabilizados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando da Cooperativa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade desses ativos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em

"Ingressos financeiros/ receitas financeiras", quando relacionados aos "Financiamentos e repasse a cooperados", e quando relacionados às operações com produtos agrícolas (commodities), no período em que ocorrem.

3.2.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2.4. Passivos financeiros não derivativos

A Cooperativa reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Cooperativa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Cooperativa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Cooperativa classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Cooperativa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: obrigações com fornecedores, cooperados e outras obrigações.

3.2.5. Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Cooperativa avalia no final de cada encerramento de exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment). As perdas por impairment são reconhecidas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda que tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e que pode ser estimado de maneira confiável.

Os principais critérios que a Cooperativa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment são: a identificação de dificuldade financeira relevante do devedor, quebra de contrato ou inadimplência.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.3. Contas a receber de clientes e cooperados

As duplicatas a receber e os financiamentos e repasse a cooperados correspondem aos valores a receber de clientes e de cooperados pela venda de mercadorias, prestação de serviços, ou ainda, repasses de recursos captados com finalidade específica junto às instituições financeiras no curso normal das atividades da Cooperativa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Os valores a receber classificados como não circulante são títulos com prazo de vencimento e expectativa de recebimento superior a um ano.

As contas a receber de clientes e de cooperados são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa "PECLD" (impairment). Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado ou repassados aos cooperados, ajustadas a valor presente, aumentadas por juros e, se necessário, ajustadas pela provisão para impairment.

3.4. Estoques

Os estoques de mercadorias para revenda, representados substancialmente por insumos agropecuários, almoxarifados e outros, são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização; dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques da "média ponderada móvel". O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

3.5. Investimentos

Os investimentos em sociedades cooperativas são avaliados pelo custo de aquisição, uma vez que as práticas contábeis adotadas no Brasil não permitem a avaliação de investimentos em sociedades cooperativas pelo método da equivalência patrimonial. O valor líquido desses investimentos é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

3.6. Imobilizado

Terrenos, edificações e benfeitorias compreendem, principalmente, armazéns, lojas, fábricas de ração e laticínio e escritórios. A Cooperativa optou pela aplicação do custo atribuído (deemed cost) registrado com base em laudo técnico emitido por peritos independentes, cujos valores passaram a integrar o custo dos bens dos grupos de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, computadores e periféricos e veículos, em contrapartida da conta de Reserva de reavaliação no Patrimônio Líquido. Considerando a particularidade da Cooperativa que opera em grande parte com atos cooperados, a Administração optou por não constituir a provisão dos tributos diferidos.

O valor do imobilizado adquirido após aplicação do deemed cost inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ingressos operacionais líquidos" na demonstração do resultado.

3.7. Ativo intangível

As licenças de software são contabilizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados

durante sua vida útil estimada às taxas de 10% a 20% a.a.

Os custos associados à manutenção de software são reconhecidos como dispêndios/despesa, conforme incorridos.

3.8. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.9. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como dispêndios conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a partir de uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.10. Contas a pagar aos fornecedores e cooperados

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores e cooperados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e os financiamentos são classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

3.12. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, previdenciária, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Cooperativa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obriga-

ção; e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, conforme riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação é reconhecido no resultado do exercício, como dispêndios/despesas operacionais.

3.13. Imposto de renda e contribuição social correntes

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente e são reconhecidas na demonstração do resultado. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas até a data do balanço. A Administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Cooperativa nas declarações de impostos de renda com relação a situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento a autoridades fiscais.

A Cooperativa, por alinhar um perfil de sociedade sem objetivo de lucro, não tem incidência do imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido sobre seu resultado de operações realizadas com cooperados.

O resultado apurado pela Cooperativa com operações realizadas com não cooperados são tributados pelo imposto de renda e pela contribuição social sobre o lucro líquido com base nas alíquotas vigentes.

3.14. Outros ativos e passivos circulante e não circulante

Os outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

3.15. Cotas de cooperados

As cotas de capital são classificadas no patrimônio líquido conforme o artigo 140 da Lei n° 13.097/2015. No caso de demissão, os cooperados têm seu capital social devolvido conforme Estatuto Social e a legislação cooperativista.

3.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Dessa forma, os juros embutidos nos ingressos, dispêndios e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de dispêndios e ingressos financeiros no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa.

As taxas de juros implícitas, quando aplicadas, são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

3.17. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.18. Reconhecimento do ingresso/receita

O ingresso/receita compreende o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Cooperativa. O ingresso/receita é apresentado líquido dos impostos, das devoluções, dos abatimentos, dos juros e dos descontos. A Cooperativa reconhece o ingresso/receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Cooperativa e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Cooperativa, conforme descrição a seguir:

3.18.1. Venda de leite

A Cooperativa recebe, padroniza e comercializa o leite. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Cooperativa efetua a entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Cooperativa tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

3.18.2. Revenda de insumos agropecuários

A Cooperativa opera com a matriz e unidades avançadas para a comercialização de insumos agropecuários e produtos diversos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando a Cooperativa entrega um produto para o cooperado e cliente. As vendas de insumos agropecuários são, geralmente, realizadas com prazo superior a 90 dias e têm o caráter de financiamento de safra.

3.18.3. Venda dos supermercados

A Cooperativa vende mercadorias adquiridas de terceiros. As receitas resultantes da venda são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes às mercadorias são transferidos para o comprador, a Cooperativa deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Cooperativa são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

3.18.4. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. As contas a receber com caráter de financiamento são descontadas ao valor presente quando do seu reconhecimento inicial, e os juros são incorporados às contas a receber à medida que o tempo passa, em contrapartida de "ingressos financeiros/receitas financeiras". Essa receita financeira é calculada, substancialmente, pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor presente, ou seja, a taxa original das contas a receber.

3.19. Destinações estatutárias e legais

As destinações estatutárias e legais são reconhecidas nas demonstrações financeiras da Cooperativa ao final do exercício, com base em seu Estatuto Social. As destinações das sobras à disposição da Assembleia somente são provisionadas na data em que são aprovadas pelos cooperados, em Assembleia Geral.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis.

4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Cooperativa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

4.1.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa "impairment"

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla a situação individual dos cooperados e clientes, verificadas as garantias reais que suportam tais créditos e a avaliação do departamento de crédito e cobrança, diretoria da Cooperativa e dos assessores jurídicos. Esses títulos a receber são classificados por categorias, considerando, substancialmente, a natureza do título, sua condição de recebimento (vencido ou a vencer) e as garantias existentes.

4.1.2. Provisão para contingências

A Cooperativa é parte em ações, cíveis e tributárias, como descrito na nota nº 20. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração da Cooperativa acredita que as provisões para riscos estão corretamente registradas nas demonstrações financeiras.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Cooperativa a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Cooperativa se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Cooperativa.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Cooperativa e está de acordo com as políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria da Cooperativa identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de volatilidade do mercado de commodities agrícolas, risco de crédito e uso de instrumentos financeiros.

5.1.1. Risco de mercado

A Cooperativa compra e vende produtos agrícolas, estando sujeita ao risco de flutuação nos preços dessas commodities. A Administração da Cooperativa acompanha a variação de preços desses produtos, bem como a existência de eventuais "descompassos" entre posições compradas e vendidas desses produtos.

5.1.2. Risco de crédito

A política de vendas da Cooperativa considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, os procedimentos de avaliação de crédito de cooperados, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócio e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

As políticas de vendas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela Administração da Cooperativa, que visam evitar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus cooperados e clientes. Os limites de crédito de cada cooperado são estabelecidos a partir do seu histórico junto à Cooperativa, através do sistema de crédito integrado a todos os demais sistemas informatizados.

5.1.3. Risco de liquidez

É o risco da Cooperativa não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas estratégias para desembolsos e recebimentos futuros (fluxo de caixa), que são monitoradas diariamente pelo departamento de tesouraria.

5.2. Gestão do capital

Os objetivos da Cooperativa ao administrar seu capital são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade do seu negócio e garantir a liquidez necessária para suas atividades comerciais.

Os recursos administrados para os investimentos nos ativos fixos da Cooperativa, requeridos para

seu constante crescimento e atualização tecnológica, são obtidos das sobras retidas e de recursos captados em linhas de financiamentos.

Os recursos necessários para garantir a liquidez de suas atividades comerciais são obtidos mediante a captação de recursos no mercado financeiro das modalidades capital de giro e crédito rural.

A manutenção de sua capacidade de liquidez é de fundamental importância, principalmente para as atividades de compra (ato cooperado) de leite, que têm origem na decisão de venda dos cooperados, e compra de insumos agropecuários para fornecimento aos cooperados. A captação de recursos é requerida para garantir a liquidez da operação, principalmente nas compras de leite e insumos.

5.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e cooperados e as contas a pagar aos fornecedores e cooperados pelo valor contábil, menos eventual perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximas de seus valores justos.

5.4. Análise de sensibilidade – taxa de juros

Considerando que a gestão das exposições às taxas de juros é efetuada com base na operação, a Administração entende que qualquer volatilidade nas taxas, as quais as operações da Cooperativa estão indexadas, não incorreria em impactos significativos em seu resultado, não sendo apresentada uma análise de sensibilidade sobre esse risco.

6. Instrumentos financeiros por categoria

	Classificação	2020	2019
Ativo, conforme o balanço patrimonial	(i)		
Caixa e equivalentes de caixa		1.526.565	2.193.557
Contas a receber		49.480.733	47.882.021
		51.007.298	**50.075.578**
Passivo, conforme o balanço patrimonial	(ii)		
Fornecedores		14.491.057	16.591.787
Obrigações com cooperados		4.142.325	3.092.952
Empréstimos e financiamentos		11.914.016	6.891.645
Capital a restituir		12.487.206	12.427.936
		43.034.604	**39.004.320**

Classificação:
(i) Valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis.
(ii) Outros passivos financeiros pelo custo amortizado.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e numerários em trânsito	203.478	237.975
Bancos conta movimento	1.322.787	1.954.885
Aplicações financeiras de liquidez	300	697
	1.526.565	**2.193.557**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Cooperativa. Em "Aplicações financeiras de liquidez" estão registrados os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados com base em percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), considerando o valor, o prazo e a época da aplicação. As aplicações

financeiras são realizadas em instituições financeiras de primeira linha no intuito de manter o poder aquisitivo da moeda corrente e gerar rendimentos seguros para a manutenção das operações da Cooperativa, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

8. Contas a receber

			2020			2019
Cooperados	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Clientes	11.295.294	28.702.755	39.998.049	7.738.329	34.336.379	42.074.708
(-) Venda para entrega futura	9.141.201	17.406.263	26.547.464	8.244.779	14.549.424	22.794.203
(-) Perdas estimadas com	(1.905.472)	-	(1.905.472)	(2.033.323)	-	(2.033.323)
créditos de liquidação duvidosa (i)	(5.895.153)	(8.481.364)	(14.376.517)	(5.895.153)	(8.481.364)	(14.376.517)
(-) Ajuste a valor presente (ii)	(429.105)	(353.686)	(782.791)	(286.698)	(290.352)	(577.050)
	12.206.765	**37.273.968**	**49.480.733**	**7.767.934**	**40.114.087**	**47.882.021**

(i) As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (impairment) são calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla a situação individual dos cooperados e clientes, verificadas as garantias reais que suportam tais créditos e a avaliação do departamento de crédito e cobrança, diretoria da Cooperativa e dos assessores jurídicos. As perdas calculadas pela alta Administração da Cooperativa são consideradas suficientes para cobrir eventuais inadimplências de contas a receber.

(ii) O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas, quando aplicadas, são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

9. Estoques

	2020	**2019**
Loja veterinária	10.630.860	7.080.991
Loja agrícola	1.203.955	831.217
Mercadorias em poder de terceiros	54.941	54.798
Mercadorias em consignação	15.959	34.474
Adiantamentos a fornecedores (i)	212.887	815.655
Total das lojas	**12.118.602**	**8.817.135**
Supermercados	3.077.385	1.726.332
Fábrica de rações	1.397.554	1.628.975
Laticínios	348	8.105
	16.593.889	**12.180.547**

(i) Trata-se de adiantamento a fornecedores para aquisição de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas que serão disponibilizados para venda nas lojas da Cooperativa a partir do seu recebimento.

10. Impostos e contribuições a recuperar

	2020	2019
ICMS (i)	24.183	141.643
ICMS ativo imobilizado	3.947	13.737
IRPJ	-	8
CSLL	-	11
IRRF	3.993	600
INSS pagamento a maior	16.788	-
INSS - FUNRURAL (PRR) (iii)	18.878.338	18.878.490
PIS (ii)	3.823.855	1.601.515
COFINS (ii)	17.512.165	7.676.802
(-) Provisão para perdas (ii)	(16.416.561)	(5.100.230)
Total do circulante	**23.846.708**	**23.212.576**
ICMS ativo imobilizado	2.363	4.757
Total do não circulante	**2.363**	**4.757**
	23.849.071	**23.217.333**

(i) O crédito de ICMS é proveniente das aquisições de mercadorias para revenda.

(ii) Os créditos de PIS e COFINS foram apurados pelo regime de não-cumulatividade. A Administração da Cooperativa devido às dúvidas quanto à realização desses créditos, decidiu constituir provisão para perdas para os créditos considerados de difícil realização.

(iii) Em 16 de agosto de 2018, a Cooperativa protocolou junto à Receita Federal do Brasil, sua adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) – Lei nº 13.606, de 2018, Portaria PGFN nº 29 de 12 de janeiro de 2018, com um valor principal de contribuição devida na ordem de R$ 12.808.449. A Cooperativa recolheu, por meio de depósito judicial, o montante no valor principal de R$ 11.269.880. Com a adesão há a isenção de multa e juros sobre o saldo devedor; o depósito, por sua vez, é atualizado pela taxa Selic, valor este reconhecido como receita financeira até 31 de dezembro 2018, no montante de R$ 7.608.458.

11. Investimentos

	2020	2019
Coopacredi - Cooperativa de Crédito Livre Admissão	186.491	189.521
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Araxá Ltda. - Crediara	2.299	1.909
Cooperativa Agropecuária de Uberlândia - CALU	106	106
Cooperativa dos Prod. de Leite da Bacia do Rio Paranaíba Ltda. - Cooproleite	17.933	6.303
Cooperativa Agropecuária de Carmo do Paranaíba Ltda.	200	-
Sicredi - Cooperativa de Crédito	20	-
Credicopa – Cooperativa de Crédito	500	500
	207.549	**198.339**

12. Imobilizado

a. Composição do saldo

	Taxa anual de depreciação	Custo	Reavaliação	Depreciação acumulada	2020	2019
Terrenos	-	1.313.120	1.045.677	-	2.358.797	2.200.745
Edificações e benfeitorias	4%	6.188.249	2.986.659	(2.862.210)	6.312.698	6.342.758
Máquinas e equipamento	10%	3.734.454	560.353	(3.836.024)	458.783	803.296
Móveis e utensílios	10%	2.089.177	216.818	(2.141.734)	164.261	320.773
Equip. de informática	10%	1.344.266	126.943	(1.436.218)	34.991	105.310
Veículos	20%	2.923.600	158.829	(3.022.075)	60.354	215.489
Outros bens imobilizados	-	425.095	-	-	425.095	345.377
Obras em andamento	-	4.262.250	-	-	4.262.250	4.262.251
		22.280.211	**5.095.279**	**(13.298.261)**	**14.077.229**	**14.595.999**

O ativo imobilizado está acrescido de reavaliação espontânea efetuada por peritos independentes em exercícios anteriores. A contrapartida do valor acrescido ao imobilizado foi registrada como reserva de reavaliação no patrimônio líquido.

Considerando a particularidade da Cooperativa, que opera em partes com atos cooperados, a Administração não constituiu a Provisão dos tributos diferidos.

b. Movimentação do custo + avaliação patrimonial

	Saldos em 1/1/2019	Aquisições	Baixas	Saldos em 31/12/2019	Aquisições	Baixas	Saldos em 31/12/2020
Terrenos	2.200.745	-	-	2.200.745	158.052	-	2.358.797
Edificações e benfeitorias	11.696.518	68.858	(2.847.239)	8.918.137	270.000	(13.229)	9.174.908
Máquinas e equipamento	4.569.696	9.073	(286.084)	4.292.685	20.795	(18.673)	4.294.807
Móveis e utensílios	2.417.775	-	(102.237)	2.315.538	2.624	(12.167)	2.305.995
Equip. de informática	1.451.970	3.075	(8.610)	1.446.435	24.774	-	1.471.209
Veículos	4.182.694	-	(476.797)	3.705.897	-	(623.468)	3.082.429
Outros bens imobilizados	291.726	53.651	-	345.377	79.718	-	425.095
Obras em andamento	4.262.250	-	-	4.262.250	-	-	4.262.250
	31.073.374	**134.657**	**(3.720.967)**	**27.487.064**	**555.963**	**(667.537)**	**27.375.490**

c. Movimentação da depreciação acumulada

	Saldos em 1/1/2019	Aquisições	Baixas	Saldos em 31/12/2019	Aquisições	Baixas	Saldos em 31/12/2020
(-) Edificações	(3.297.012)	(364.907)	1.086.539	(2.575.380)	(300.059)	13.229	(2.862.210)
(-) Máquinas e equipamentos	(3.350.005)	(385.745)	246.361	(3.489.389)	(364.141)	17.506	(3.836.024)
(-) Móveis e utensílios	(1.895.898)	(183.762)	84.894	(1.994.766)	(158.875)	11.907	(2.141.734)
(-) Equipamentos de informática	(1.230.780)	(118.091)	7.746	(1.341.125)	(95.093)	-	(1.436.218)
(-) Veículos	(3.713.906)	(197.860)	421.360	(3.490.406)	(118.015)	586.346	(3.022.075)
	(13.487.601)	**(1.250.365)**	**1.846.900**	**(12.891.066)**	**(1.036.183)**	**628.988**	**(13.298.261)**

13. Intangível

a. Composição do saldo

	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização Acumulada	2020	2019
Software	20%	14.249.640	(7.521.204)	6.728.436	7.984.706
		14.249.640	(7.521.204)	6.728.436	7.984.706

b. Movimentação do custo e amortização

	Saldos em 1/1/2019	Aquisições	Baixas	Saldos em 31/12/2019	Aquisições	Baixas	Saldos em 31/12/2020
Software	14.252.140	-	-	14.252.140	-	(2.500)	14.249.640
	14.252.140	-	-	**14.252.140**	-	**(2.500)**	**14.249.640**
(-) Software	(4.747.905)	(1.519.529)	-	(6.267.434)	(1.256.270)	2.500	(7.521.204)
	(4.747.905)	**(1.519.529)**	-	**(6.267.434)**	**(1.256.270)**	**2.500**	**(7.521.204)**
	9.504.235	**(1.519.529)**	-	**7.984.706**	**(1.256.270)**	-	**6.728.436**

14. Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores (i) - circulante	13.776.942	14.322.792
Fornecedores (i) - não circulante	714.115	2.268.995
Total	**14.491.057**	**16.591.787**

(i) O saldo é composto substancialmente pelos valores a pagar a fornecedores de insumos agrícolas, que são disponibilizados nas lojas da Cooperativa, adquiridos diretamente dos fabricantes, quando possível e conveniente, para que a Cooperativa possa oferecer as melhores condições de preço e prazo aos seus cooperados.

15. Obrigações com cooperados

	2020	2019
Fornecedores associados (i)	4.142.325	3.092.952
	4.142.325	**3.092.952**

(i) Basicamente representado por valores a pagar aos cooperados pela entrega de sua produção à Cooperativa.

16. Empréstimos e financiamentos

					2020			2019
Finalidade	**Encargos**	**Vencimento final**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Capital de giro	De 2,81% a.a. A 33% a.a.	Dez/23	3.645.117	7.726.188	11.371.305	1.968.126	4.174.730	6.142.856
Repasse de crédito rural	De 3% a.a. A 22,10% a.a.	Dez/22	542.711	-	542.711	737.334	11.455	748.789
			4.187.828	**7.726.188**	**11.914.016**	**2.705.460**	**4.186.185**	**6.891.645**

As garantias são hipoteca, alienação fiduciária, cédulas rurais e aval dos diretores da Cooperativa.

17. Obrigações sociais e trabalhistas

			2020			2019
	Circulante	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Salários e ordenados	301.883	-	301.883	301.782	-	301.782
INSS a pagar (i)	3.890.429	6.362.309	10.252.738	3.867.546	7.951.676	11.819.222
FGTS s/ folha de pagamento	54.191	-	54.191	158.437	-	158.437
Auxílio alimentação	10.178	-	10.178	24.480	-	24.480
PIS s/ folha de pagamento	6.962	-	6.962	5.684	-	5.684
Prolabore a pagar	-	-	-	7.634	-	7.634
Provisão de banco de horas	92.021	-	92.021	220.729	-	220.729
Outras obrigações sociais	-	-	-	13.814	-	13.814
	4.355.664	**6.362.309**	**10.717.973**	**4.600.106**	**7.951.676**	**12.551.782**

(i) O saldo é composto de INSS s/ folha de pagamento, principalmente com valores em parcelamentos devidamente segregados entre circulante e não circulante, conforme vencimento de suas parcelas.

18. Impostos e contribuições a recolher

	2020	2019
INSS Funrural com depósito judicial (i)	12.808.449	12.808.449
Provisão para CSLL e IRPJ	841.580	841.581
Contribuição Previdenciária Funrural a Recolher	98.609	206.026
Outros impostos e contribuição a recolher	107.309	215.407
	13.855.947	**14.71.463**

(i) Em 16 de agosto de 2018, a Cooperativa protocolou junto à Receita Federal do Brasil, sua adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) – Lei nº 13.606, de 2018, Portaria PGFN nº 29 de 12 de janeiro de 2018, com um valor principal de contribuição devida na ordem de R$ 12.808.449.. A Cooperativa recolheu, por meio de depósito judicial, o montante no valor principal de R$ 11.269.880. Com a adesão há a isenção de multa e juros sobre o saldo devedor; o depósito, por sua vez, é atualizado pela taxa Selic, valor este reconhecido como receita financeira até 31 de dezembro 2018, no montante de R$ 7.608.458.

19. Capital a restituir

	2020	2019
Capital a restituir a associados (i)	12.487.206	12.427.936
	12.487.206	**12.427.936**

(i) Refere-se a capital a restituir de associados desligados substancialmente em exercícios anteriores. As restituições estão definidas e em conformidade com os Capítulos IV e VI do Estatuto Social.

20. Depósitos judiciais e provisão para contingências

20.1. Composição das contingências

A Cooperativa é parte envolvida (polo passivo) em ações tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2019, a Administração decidiu, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores envolvidos.

O saldo da provisão para contingências e dos depósitos judiciais estão compostos da seguinte forma:

		Provisão para contingências		Provisão para contingências
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
PIS (i)	171.186	171.186	171.186	171.186
COFINS (i)	813.237	813.237	813.237	813.237
INSS - FAP (i)	320.063	320.063	320.063	320.063
Bloqueio judicial (ii)	-	-	1.105.014	1.105.014
	1.304.486	**1.304.486**	**2.409.500**	**2.409.500**

20.2. Natureza das contingências

(i) Tributárias: constituídas para fazer face a eventuais perdas em ações que estão sendo discutidas judicialmente, sendo cobertas por depósitos judiciais no mesmo valor. A Administração da Cooperativa, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que são suficientes as estimativas calculadas quanto ao desfecho dos processos.

(ii) Bloqueio judicial: bloqueio judicial por determinação da justiça, em demanda de processo em trâmite, no qual a Cooperativa figura no polo passivo.

Ainda, quanto a questões tributárias, de acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais específicos para os diversos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais (em geral cinco anos). Entretanto, a Administração da Cooperativa é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não era conhecida nenhuma contingência relativa a tributos, com perspectiva de perda provável.

21. Passivos contingentes

A Cooperativa discute ações cíveis no montante de R$ 1.015.788 (R$ 2.501.517 em 2018), cuja opinião dos consultores jurídicos quanto à probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2020 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como possível. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foi constituída provisão.

22. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é formado por cotas-partes distribuídas entre os cooperados e classificado no

patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem o direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas-partes. Ainda, pelo Estatuto Social, está previsto pagamento de juros de até 4% ao ano no exercício que houver sobras, a critério do Conselho de Administração. Em 2020 e 2019, por decisão do Conselho de Administração, não foram atribuídos juros sobre o capital.

b. Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:
• 10% das sobras para Reserva Legal, destinadas a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
• 5% das sobras de atos cooperados e 100% do lucro em operações com não cooperados para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos associados, seus familiares e aos empregados da Cooperativa, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação da Cooperativa;
• além dessas reservas, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

c. Reserva de reavaliação

Refere-se à reavaliação patrimonial do ativo imobilizado do grupo de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, computadores e periféricos e veículos. A realização da reserva (basicamente depreciação do ativo não circulante imobilizado) está sendo registrada diretamente na sobra à disposição da AGO.

d. Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas legais e estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto a sua destinação.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei nº 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a utilização dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas, conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral.

23. Ingresso operacional líquido

Ingresso operacional bruto	**2020**	**2019**
Produtos e mercadorias	163.507.612	136.256.164
Serviços prestados	840.784	2.175.098
	164.348.396	**138.431.262**
Deduções do ingresso bruto	(10.193.219)	(8.507.808)
Impostos incidentes	(2.243.340)	(1.548.867)
Devoluções e abatimentos	(12.436.559)	(10.056.675)
	151.911.837	**128.374.587**

24. Outros ingressos operacionais líquidos

Outros ingressos operacionais	**2020**	**2019**
Bonificações e doações	149.764	80.573
Recuperação de dispêndios	2.687.752	2.182.133
Resultado na alienação de bens	353.640	3.407.335
Aluguéis (imóvel)	41.280	82.913
	3.232.436	**5.752.954**

Outros dispêndios operacionais	(17.260)	(136.293)
Dispêndios com eventos	(71.059)	(125.592)
Outros dispêndios	(88.319)	(261.885)
	3.144.117	**5.491.069**

25. Dispêndios financeiros líquidos

Ingressos financeiros	**2020**	**2019**
Juros ativos (i)	4.075.242	1.285.573
Rendimentos de aplicações financeiras	1	1
Descontos obtidos (ii)	446.908	14.613.853
Outros ingressos	-	5.255
	4.522.151	**15.904.682**
Dispêndios financeiros		
Juros passivos	(2.407.068)	2.353.120
Descontos concedidos	-	(1.862.204)
Dispêndios bancários	(88.790)	(117.032)
IOF	(479)	(36.326)
Ajuste a valor presente	(205.742)	(371.564)
Outros dispêndios operacionais	(234.259)	(1.854.046)
	(2.936.338)	**(1.888.052)**
	1.585.813	**14.016.630**

26. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes de operações com cooperados são isentos destes tributos. As operações com terceiros são tributadas pelas alíquotas vigentes de acordo com a legislação atual.

O imposto de renda e a contribuição social de 2020 não geraram base tributável. Em 2019, a base tributável foi de:

	Imposto de Renda 2019
Sobras antes da tributação	**14.030.851**
Adições	1.232.625
Exclusões	-
Resultados não tributáveis de sociedades cooperativas	(14.452.666)
Outras Exclusões	(243.243)
Base de cálculo	**567.567**
Imposto de renda – 15%, acrescido de adicional de 10%	**117.892**

	Imposto de Renda 2019
Sobras antes da tributação	**14.030.851**
Adições	1.184.573
Exclusões	-
Resultados não tributáveis de sociedades cooperativas	(14.452.666)
Outras Exclusões	(228.828)
Base de cálculo	**533.930**
Contribuição social – 9%	**48.054**

27. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir, controlar e fiscalizar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal), inclusive executivos. As operações com partes relacionadas não são significativas e são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

			2020			2019
Natureza da operação	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	**Total**	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	**Total**
Contas a receber	218.419	29.979	248.398	151.058	115.460	266.518
Obrigações com cooperados	78.958	9.662	88.620	43.515	13.230	56.745
Capital social	431.100	111.338	542.438	319.181	118.325	437.506
Cédula de presença - exercício	-	12.000	12.000	-	12.000	12.000

28. Demonstração de sobras de atos cooperativos e não cooperativos

			2020			2019
Ingresso operacional bruto	Atos cooperativos	Atos não cooperativos	**Total**	Atos cooperativos	Atos não cooperativos	**Total**
Produtos e mercadorias	128.045.466	35.462.146	163.507.612	101.732.296	34.523.868	136.256.164
Serviços prestados	771.745	69.039	840.784	2.032.989	142.109	2.175.098
	128.817.211	**35.531.185**	**164.348.396**	**103.765.285**	**34.665.977**	**138.431.262**
Deduções do ingresso bruto						
Impostos incidentes	(7.752.220)	(2.440.999)	(10.193.219)	(6.634.853)	(1.872.955)	(8.507.808)
Devoluções e abatimentos	(2.083.915)	(159.425)	(2.243.340)	(1.405.789)	(143.078)	(1.548.867)
	(9.836.135)	(2.600.424)	(12.436.559)	(8.040.642)	(2.016.033)	(10.056.675)
Ingresso operacional líquido	**118.981.076**	**32.930.761**	**151.911.837**	**95.724.643**	**32.649.944**	**128.374.587**
Dispêndios de produtos e mercadorias vendidos e serviços prestados	(105.403.814)	(27.554.530)	(132.958.344)	(85.474.699)	(27.479.621)	(112.954.320)
Sobra bruta	**13.577.262**	**5.376.231**	**18.953.493**	**10.249.944**	**5.170.323**	**15.420.267**
(Dispêndios) ingressos operacionais						
Dispêndios com pessoal	(5.817.100)	(3.294.124)	(9.111.224)	(6.457.847)	(3.855.122)	(10.312.969)
Dispêndios administrativos e gerais	(6.901.068)	(2.770.130)	(9.671.198)	(7.121.198)	(3.474.092)	(10.595.290)
Outros ingressos operacionais líquidos	2.473.482	670.635	3.144.117	2.442.029	3.049.040	5.491.069
Resultado de participações em cooperativas	14.849	-	14.849	11.142	-	11.142
	(10.229.837)	**(5.393.619)**	**(15.623.456)**	**(11.125.874)**	**(4.280.174)**	**(15.406.048)**
Sobra antes do resultado financeiro	**3.347.425**	**(17.388)**	**3.330.037**	**(875.930)**	**890.149**	**14.219**
Resultado financeiro líquido	**2.092.007**	**(506.194)**	**1.585.813**	**15.328.596**	**(1.311.964)**	**14.016.632**
Sobras (Perdas) antes da tributação	**5.439.432**	**(523.582)**	**4.915.850**	**14.452.666**	**(421.815)**	**14.030.851**
Contribuição social	**-**	**-**		**-**	**(48.054)**	**(48.054)**
Imposto de renda	**-**	**-**		**-**	**(117.892)**	**(117.892)**
Sobra líquida do exercício	**5.439.432**	**(523.582)**	**4.915.850**	**14.452.666**	**(587.761)**	**13.864.905**

29. Demonstração de sobras por segmento

Ingresso operacional bruto	Loja Agroveterinárias	Supermercados	Laticínio	Fábrica de Rações	Administração	**Total**
Produtos e mercadorias	30.947.546	29.700.207	68.655.334	34.204.525	-	163.507.612
Serviços prestados	55.016	-	785.768	-	-	840.784
	31.002.562	**29.700.207**	**69.441.102**	**34.204.525**	-	**164.348.396**
Deduções do ingresso bruto						
Impostos incidentes	(- 1.009.761)	(- 1.456.970)	(- 7.524.127)	(- 202.361)	-	(- 10.193.219)
Devoluções e abatimentos	(- 634.482)	(- 43.812)	(- 343.213)	(- 1.221.833)	-	(- 2.243.340)
	(- 1.644.243)	**(- 1.500.782)**	**(- 7.867.340)**	**(- 1.424.194)**	-	**(- 12.436.559)**
Ingresso operacional líquido	**29.358.319**	**28.199.425**	**61.573.762**	**32.780.331**		**151.911.837**
Dispêndios de produtos e mercadorias vendidos e serviços prestados	**(- 24.280.379)**	**(- 22.786.353)**	**(- 59.289.243)**	**(- 26.602.369)**	- -	**(- 132.958.344)**
Sobra bruta	**5.077.940**	**5.413.072**	**2.284.519**	**6.177.962**		**18.953.493**
(Dispêndios) ingressos operacionais						
Dispêndios com pessoal	(- 2.682.417)	(- 2.376.532)	(- 400.857)	(- 1.321.604)	(- 2.329.814)	(- 9.111.224)
Dispêndios administrativos e gerais	(- 1.330.033)	(- 1.592.897)	(- 227.311)	(- 2.217.123)	(- 4.303.834)	(- 9.671.198)
Resultado financeiro líquido	77.158	(- 3.839)	(- 2.346)	(- 10.884)	1.525.724	1.585.813
Outros ingressos operacionais líquidos	171.935	152.473	194.866	373.309	2.251.534	3.144.117
Resultado de participações em cooperativas	-	-	-	-	14.849	14.849
	(- 3.763.357)	**(- 3.820.795)**	**(- 435.648)**	**(- 3.176.302)**	**(- 2.841.541)**	**(- 14.037.643)**
Sobras do exercício	**1.314.583**	**1.592.277**	**1.848.871**	**3.001.660**	**(- 2.841.541)**	**4.915.850**

30. Cobertura de seguros

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Patrocínio/ MG, 29 de janeiro de 2021.

Fausto Amaral da Fonseca
Presidente do Conselho de Administração

Edivar Pereira da Silva
Contador CRC/MG - 056197/O

Coromandel/MG

Loja Agro
Rua General Osório, 187
Centro
(34) 3831-3999

Supermercado
Av. Municipal, 631
Centro
(34) 3831-1762

Ibiá/MG

Loja Agro
Avenida Bartolomeu Ribeiro de Paiva, 223
Deolinda Mendes
(34) 3631-4168

Patrocínio/MG

Administração Geral
Rua Pedro Barbosa Victor, 425
Centro
(34) 3515-7300

Fábrica de Nutrição Animal
Rua Tupi, 2185
Carajás
(34) 3515-1515

Loja Agro 1
Avenida Faria Pereira, 2792
Centro
(34) 3515-7313

Loja Agro 2
Avenida Dom José André Coimbra, 2200
Centro
(34) 3831-8317

Supermercado
Rua Pedro Barbosa Victor, 471
Centro
(34) 3515-7338

Serra do Salitre/MG

Loja Agro
Rua Bonina, 685
Das Flores
(34) 3833-1788

coopa 60 ANOS